

Ética, humanidade e ações por cidadania:  
do *impeachment* de Collor  
ao Fome Zero do governo Lula

Ethics, humanity is actions for citizenship – of “impeachment”  
of Collor to governo Lula’s “Fome Zero”

Ética, la humanidad está a favor acciones de la ciudadanía – de “acusación”  
de Collor al “Cero de Fome” de governo Lula

José Henrique Rodrigues Stacciarini

Doutor em Geografia Humana e Professor do Campus da UFG – Catalão/GO.  
Correio eletrônico: stacciar@innet.psi.br.

**Resumo**

Tendo como referência básica o território brasileiro dos últimos quinze anos, este artigo aborda a ciência geográfica clamando por um discurso pautado nos referenciais da ética, da humanidade e da construção de um país com mais cidadania e menos fome. Neste sentido, é explicitado o “Fora Collor” como uma necessidade ética, bem como as iniciativas sociais plurais da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, as quais foram empreendidas por múltiplos atores sociais brasileiros, objetivando diminuir o estado de fome de 32 milhões de brasileiros. Ao final, são levantadas algumas idéias que podem ser revisitadas tendo em vista o desejo de que o Plano Fome Zero anunciado pelo Governo Lula tenha sucesso de fato. Em outras palavras, que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade durante o governo Lula recentemente eleito e empossado.

**Palavras-Chave**

Geografia – Ética – Fome – Brasil – Governo.

Terra Livre	São Paulo	Ano 18, n. 19	p. 273-284	jul./dez. 2002
-------------	-----------	---------------	------------	----------------

### **Abstract**

Considering as basic reference the Brazilian territory of the last fifteen years, this article approaches the geographical science clamoring for a speech marked by the values of the ethics, the humanity and the construction of a country with more citizenship and less hunger. In this sense, the “out Collor” as an ethical need, as well as the social plural initiatives like the Action of the Citizenship Against the Hunger, the Poverty and For the Life, which were undertaken by multiple Brazilian social actors, objectifying to decrease the situation of hunger for 32 millions of Brazilians. At the end, we have lifted up some ideas that can be revisited considering our desire that the “Fome Zero Program” announced by Lula’s government, could be really successfully. In other words, we want the hope survives and the fear of the empty pots disappears during the recently elect and vested Lula’s government.

### **Keywords**

Geography – Ethics – Hunger – Brazil – Government.

### **Resumen**

Tiende como referencia básica el territorio brasileño de los últimos quince años, este artículo se acerca la ciencia geográfica que clama para un discurso marcada por los valores de las ética, de la humanidad y de la construcción de un país con más ciudadanía y menos hambre. En este sentido, el” se introduce Collor” Fuera como una necesidad ética, así como las iniciativas los plurales sociales de la Acción de la Ciudadanía Contra el Hambre, la Pobreza y Para la Vida que ellos fueron emprendidos por actores sociales brasileños múltiples para disminuir el estado de hambre de 32 millón de brasileño. Al final, ellos se alzan a algunas ideas que pueden volverse a visitar tiende en vista el deseo que el “Cero de Fome Plano” anunciado por el Governo Lula tiene éxito de hecho. En otras palabras que la esperanza sobrevive y que el miedo de las ollas vacías realmente desaparece recientemente durante el Governo Lula elija y vistió.

### **Palabras clave**

Geografía – Ética – Hambre – Brasil – Gobierno.

---

“Há uma aceleração muito forte na produção de um ente político no Brasil. A consciência está em gestação. Creio que há uma espécie de revolução que nem sempre é silenciosa que se está dando e que nós não temos as antenas para captar porque nos acostumamos a um outro tipo de raciocínio sobre o que é fazer política. Há toda uma produção da política que é paralela às atividades dos partidos e vai confluir para alguma coisa que pode ser orientada no sentido de melhoria das condições gerais do país” (Santos, 2001, p. A8).

### **Introdução**

#### **Geografia – ética, humanidade e cidadania**

Na Conferência de Encerramento do XIII Encontro Nacional de Geógrafos que ocorreu em julho de 2002, na cidade de João Pessoa (PB), o eminente geógrafo espanhol Horácio Capel Saez iniciou seu pronunciamento colocando que “no Brasil se produz uma das melhores geografias do mundo”. Após duas horas de exposição, Capel termina sua fala declarando que “a responsabilidade que nós geógrafos temos e devemos ter para com a construção de uma sociedade mais igualitária é muito grande”.

No dia 18 de julho de 2000, dentro da programação do XII Encontro Nacional de Geógrafos realizado na cidade de Florianópolis, faz-se uma mesa redonda cujo debate é a questão dos “movimentos e ações populares”. Naquele momento, Carlos Walter Porto Gonçalves – professor da UFF – afirma que “a Geografia tem que ter compromisso com a ética e com a solidariedade humana”.

Bernardo Mançano Fernandes – da Unesp de Presidente Prudente (SP) – destaca que “falar em exclusão social, é falar sobre exclusão territorial”. O Doutor Rafael Sânzio Araújo dos Santos, professor da UNB, por sua vez, frisa que “a comunidade tem força” enquanto o Doutor José Borzachiello da Silva, professor da UFCE, discorre que “nos anos 1990 dá-se uma emergência dos estudos geográficos vinculados aos conceitos do lugar, do desejo e da subjetividade” na busca de territórios mais democráticos.

Para Betinho “miséria e democracia são incompatíveis”, pois onde há miséria não há possibilidade de existir democracia e, ao contrário, para se falar que uma sociedade é democrática é preciso, antes, que haja a erradicação da miséria. Jamais será verdadeiramente democrática uma sociedade que assiste passivamente a existência de membros de sua população passando fome, vivendo sem condições de trabalhar, de morar e sem as mínimas possibilidades de uma educação de boa qualidade.

Em verdade, no Brasil, desde a década de 1940, já se observava uma preocupação com os aspectos sociais da Geografia, explicitados por Caio Prado Júnior e Orlando Valverde em artigos publicados em revistas de Geografia de vários lugares do território brasileiro. Cabe acrescentar, dentro da ciência geográfica, um dos grandes nomes que tornar-se-á extremamente conhecido por seus trabalhos em prol de um país e de um mundo com menos fome e mais cidadania: Josué de Castro.

Se as lutas, iniciativas e movimentos existentes até a década de 1960 são difíceis, o mesmo também deve ser dito para os momentos vividos pelos brasileiros durante todo o regime da ditadura instalada no Brasil com o golpe dos militares, em março de 1964. A partir de então, o Brasil é governado por uma tecnoburocracia militar e civil que passa a defender os fortes interesses da burguesia nacional e internacional, principalmente as grandes firmas transnacionais sob forte influência do capital norte-americano.

São muitos os brasileiros que, por lutarem por mais democracia, são perseguidos e têm de deixar o país para não morrerem torturados. Assim, escritores, compositores, músicos, professores e pesquisadores de diversas áreas científicas deixam o país natal, indo prestar excelentes trabalhos para as comunidades de outros países. Em decorrência do exílio, o geógrafo Milton Santos, por exemplo, vai para a França, onde estabelece contatos mais próximos com grandes nomes da Geografia mundial, dentre os quais merece destaque Jean Tricart, estudioso dos processos metodológicos ligados a uma Geomorfologia entendida no bojo de uma estreita relação estabelecida entre o homem e a natureza, no âmbito das sociedades de classes. Também estabelece um vínculo íntimo com os estudos de Pierre George sobre “O desenvolvimento da URSS” e, em especial, com a vasta obra de Yves Lacoste.

No exílio, Milton Santos começa a trabalhar em diversas universidades da Europa, América do Norte e África, onde mantém contatos proveitosos com duas conceituadas revistas científicas: a revista *Antipode*, na América do Norte, constituída por geógrafos quantitativistas que não mais se entusiasma com os métodos matemático-estatísticos e que agora adotam uma linha de análise apoiada no materialismo histórico dialético, e a revista *Herodote* que, na Europa, discute a crise da Geografia.

Por um lado, se são muitos os brasileiros obrigados a deixarem o Brasil por serem perseguidos pela ditadura militar, por outro, são muitos também aqueles que ficam lutando por uma anistia política ampla, geral e irrestrita. Dentre tantos, pode-se destacar o nome de Henfil, cartunista e escritor que, por longos anos, vai se juntar a outros escritores e cartunistas para lutar pela reconstituição democrática no território brasileiro. Henfil ficará muito mais conhecido a partir do momento que passa a escrever regularmente na revista *Isto É*, defendendo abertamente o retorno dos exilados políticos.

As cartas que Henfil escreve para a sua mãe (D. Maria) e para o irmão exilado no Canadá (Betinho) tornam-se símbolos da luta de um país que quer o fim da tortura, da censura promovida pela ditadura militar brasileira e que almeja uma sociedade com mais democracia e com menos fome. Aquele movimento cresce e se populariza ainda mais quando Elis Regina canta a música de Aldir Blanc e João Bosco pedindo a volta do irmão do Henfil – o retorno de todos os manos que “partiram num rabo de foguete”.

A anistia política tão desejada é conseguida e muitos são os intelectuais que retornam ao país. Este é um momento de grandes debates no interior da ciência geográfica. No que se refere ao movimento de renovação da Geografia no Brasil, Moreira (1992, p. 7) frisa que “o texto *A Geografia* de Yves Lacoste e a difusão das obras de Lefebvre sobre o espaço e urbanismo são a lenha que queima na ebulição em crescendo desde a primeira metade dos anos 70 entre os geógrafos do Rio”. Em verdade, com a crise do regime autoritário, as idéias da Geografia Crítica – tanto oriundas dos Estados Unidos como da França – repercutiram no Brasil fornecendo elementos para os periódicos do final da década de 1970. O ponto alto dos debates ocorre no Encontro Nacional da Associação de Geógrafos Brasileiros.

A volta de Milton Santos do exílio, bem como a sua participação no Conselho Editorial de duas conceituadas revistas, impulsiona a crítica à ciência geográfica. Merece destaque a publicação do livro *Por uma Geografia Nova*. Sobre este livro, Moreira (1992, p. 9) completa “que num repente, descobre-se a pólvora: a historicidade do espaço ... Com ele, a historicidade entra em cena na Geografia”. Mas não é só na ciência geográfica que o ardor das discussões se fazem presentes. As ciências humanas, como um todo, vivem um momento de efervescência. Os debates e as iniciativas ocorrem em diversos setores da sociedade organizada.

Ainda no Rio de Janeiro, a volta do irmão Henfil e de vários outros exilados responde pela fundação do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), fato que materializa um sonho antigo de Betinho: o desejo de criar uma entidade popular voltada à democratização das informações e para a formação de uma Educação Integral direcionada para os valores da cidadania.

A partir do início da década de 1980, muitas serão as lutas voltadas para a construção de um país com mais participações políticas de base, com democracia de verdade. O Brasil não tem eleições diretas para governador das unidades federativas, nem para prefeito das capitais e cidades consideradas de “Segurança”. Isto tudo para não se esquecer que eleições diretas para presidente da República ainda é um sonho considerado quase impossível.

Em 1989, depois de quase três décadas sem eleições diretas para presidente, ocorre a eleição presidencial livre e direta, na qual a maioria dos eleitores brasileiros escolhe, sob forte influência dos meios de comunicação de massa, um novo presidente da República – o senhor Fernando Collor. Frente ao apresentado, muitas foram e são as dificuldades e empecilhos para se avançar no sentido de um país mais democrático.

### “Fora Collor”: o *impeachment* como necessidade ética

O final da década de 1980 e início da década de 1990 é um momento histórico extremamente rico à medida que muitas transformações socioespaciais ocorrem (Campos, 1999) com extrema rapidez, nos mais variados lugares do mundo, colocando em dúvida as velhas divisões teórico-ideológicas que vão sendo substituídos por um discurso clamando por ética e humanidade. Dentre outros significativos fatos, pode-se citar o massacre de estudantes na China, o desmembramento das repúblicas soviéticas, a queda do Muro de Berlim, a “matança” de negros nos Estados Unidos da América, o *impeachment* do presidente eleito no Brasil e a permanência elevada da miséria e da corrupção em quase todas as partes do planeta.

Situado num amplo contexto, não tem como discorrer sobre as origens da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida sem antes entender o *impeachment* de Collor, o *Mapa da fome* (IPEA) e o trabalho desenvolvido pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho. Desde os momentos iniciais de Fernando Collor, Betinho indignara-se com o jovem e exibicionista presidente da República, que derrotou Lula (Luis Inácio da Silva) nas eleições diretas de 1989 e que usava a mídia – principalmente a Rede Globo – como bem lhe conviesse. Além dessa triste convivência estabelecida entre um político conservador – com máscara de modernidade – e os meios de comunicação de massa, Fernando Collor assume o papel de defensor do chamado “neoliberalismo”, anunciando um grande programa de privatizações e demissões de milhares de funcionários públicos federais.

Entretanto, o Presidente Collor, antes da realização de um amplo programa de privatizações – exigidas pelo neoliberalismo em curso – precisava deter a inflação de mais de oitenta por cento herdada do desastroso final de mandato do Presidente Sarney. Para isso, promove, no dia seguinte (16 de março de 1990) de sua posse, o famoso “confisco da poupança” que é considerado inevitável, inclusive por economistas de formação socialista. Um completo fracasso é o resultado do plano de estabilização econômica do presidente. Já, no primeiro semestre de 1991, Collor vê seu governo ser minado pela inflação, de novo em escala crescente, pela recessão e por inúmeras suspeitas de corrupção, envolvendo altos funcionários da administração federal. Somado a isto, acusações de desvios de dinheiro público e favorecimento ilícito de parentes são dirigidas para a primeira dama, que já ficara famosa pelo total desaparego das coisas ligadas ao intelecto.

A situação tornou-se tão escandalosa que o irmão do presidente concedeu uma entrevista, no mês de abril de 1992, à revista *Veja*, denunciando um imenso esquema de malversação de dinheiro público liderado por Paulo César Farias (o “PC”), justamente o ex-tesoureiro da campanha de Collor. Frente a alarmante denúncia, no mês de maio do mesmo ano, no Congresso Nacional instala-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

De fato, o movimento pelo Impeachment de Collor não nasce do IBASE onde Betinho trabalha, nem de uma articulação específica de outras organizações não-governamentais (ONGs), mas sim de um grupo de cidadãos que se encontram no Fórum da Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Aquele grupo é composto por pessoas de diversas ONGs, militantes de partidos, sindicalistas, universitários e representantes de outros segmentos sociais. Entre os representantes dos partidos políticos estavam o Deputado Federal José Carlos Sabóia, do PSB do Maranhão, que muito reclama do isolamento dos parlamentares progressistas dentro do Congresso Nacional (Fico, 1999).

No dia 9 de maio de 1992, numa reunião promovida pelo Instituto Nacional de Estudos Sociais (INESC), com a presença da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros (CNBB), do IBASE e de algumas personalidades políticas fica decidido a realização de uma Vigília pela Ética na Política no auditório do Senado Federal, reunião aquela realizada no dia 29 de maio com cerca de 980 pessoas, dentre as quais cerca de 50 deputados federais, 10 senadores e 180 representantes de entidades organizadas. Naquele evento é lido o Manifesto pela Ética na Política.

O impacto da Declaração do Movimento pela Ética na Política é extremamente positivo e contagiante. No Rio de Janeiro, no dia 7 de julho, representantes de mais de 190 entidades da sociedade civil organizada fazem a leitura – à luz de velas – de 11 artigos da Constituição Federal que destacam os fundamentos da Ética na Política e as responsabilidades do Presidente da República. Em São Paulo, na semana seguinte, cerca de 1.200 pessoas reúnem-se na famosa Faculdade de Direito da USP para exigir moralidade para com o dinheiro público. A partir de então, vigílias

cívicas, bem como manifestações *pró-impeachment* em *out-doors*, começam a aparecer em diversas capitais do país.

Nesse ambiente de crescimento do Movimento pela Ética na Política, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) resolve apresentar ao Congresso Nacional o pedido de *impeachment* que é levado numa caminhada que se realiza no dia primeiro de setembro de 1992. Entre os que assinam o pedido de *impeachment*, pode-se citar o escritor Osny Duarte Pereira, o jurista Evandro Lins Silva e o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. Partindo da sede da OAB na cidade de Brasília, em companhia de Jair Meneguelli, Betinho e outras personalidades foram à frente de braços dados. Ao final, a passeata que iniciara com cerca de noventa pessoas, chega a reunir cerca de mil e cem cidadãos. Como o movimento não para de crescer, a mídia, inicialmente através do jornal *Folha de S. Paulo*, foi aderindo cada vez mais. Até a Rede Globo de Televisão – que muito ajudara a eleger o presidente corrupto – não tem como deixar de noticiar as manifestações que surgem em diversos lugares do território brasileiro.

Desfazendo da reação popular, Collor chama a população para sair às ruas em um domingo, dia 16 de setembro de 1992, vestida de verde e amarelo em apoio à sua permanência no cargo. O Movimento pela Ética na Política, por sua vez, convoca uma contramanifestação. O resultado são milhões de pessoas em todo Brasil atendendo ao apelo de sair às ruas vestidas de preto, em sinal da luta contra à generalizada corrupção no Congresso Nacional e no Poder Executivo Nacional.

Em 29 de setembro daquele ano, a Câmara de Deputados autoriza – por 441 votos a favor, 38 contra, uma abstenção e 23 ausências – a abertura do processo de *impeachment* do Presidente Fernando Collor, imediatamente posto em licença, assumindo interinamente o Sr. Itamar Franco, então vice-presidente. Três meses depois – em 29 de dezembro de 1992, durante sessão do Senado Federal de julgamento do *impeachment* – certo da derrota, Collor renuncia à Presidência, fato aquele que não o livra de ter seus direitos políticos cassados até o final do ano 2000.

### Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida

Desta forma, no Brasil, em 1992, a população brasileira participa ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do *impeachment* do Presidente Fernando Collor, o qual fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira. Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação de um “Bloco Ético Plural Pró-Impeachment” do corrupto presidente brasileiro que ocorre a fundação da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida que também fica bastante conhecida como “Campanha da Fome” ou “Campanha do Betinho”.

No fundo, o “Bloco Ético Plural” que participa do *impeachment* do Collor contém líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza era um símbolo do Movimento por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem-tetos, etc.). Assim, o que unifica os mais diversificados segmentos sociais (IBASE, CNBB, INESC, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, ANDIFES, EMBRAPA, estudantes, professores, partidos políticos, donas de casa, etc.) que agora atuam sob a égide da Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira.

A exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do *Mapa da fome* do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um “mapa da fome”, onde a

miséria é expressada espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e IPEA) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal. Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela Ação da Cidadania, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais rico do planeta terra. Neste sentido, estabelecendo respeito ao pluralismo e à diversidade, a “Campanha da Fome” nasce com um “conteúdo humanitário e suprapartidário, e sem intenção corporativa ou religiosa”. Sendo assim, e orientando o planejamento inicial da Ação da Cidadania, Souza (1992, p. 5) faz questão de ressaltar que “na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela e nem a exclui”. Assim, pautados na diferença e na pluralidade, como princípios orientadores da Ação da Cidadania destacam-se a parceria, a solidariedade e a descentralização entendidos como valores de alcance social.

Se a miséria está presente tanto no “mundo capitalista” como no “mundo da economia planificada”, tanto no “Primeiro Mundo” como no “Terceiro Mundo”, a solução para esta problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de solidariedade, “*de amor ao próximo*”. Neste sentido, para a Ação da Cidadania, solidariedade nunca foi e nunca será assistencialismo, pois solidariedade é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la (Franco, 1996). Neste sentido, Souza (1993, p. 1-15) acrescenta a “importância de ligar a filantropia com a mudança, de colocar junto quem quer fazer mudança estrutural com quem quer praticar a solidariedade”.

Uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o segundo passo da *Cartilha para Formação de Comitês* sugerir, como ideal, o caminhar das ações emergenciais dando origem às ações estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo território brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos.

Este sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá, sem duras críticas de setores ligados à denominada “esquerda”. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-Convergência Socialista acusa que “a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país”. Porém, se há críticas, também se fazem presentes outras posições como a do presidente do Conselho de Administração da Fundação ABRINQ colocando que “é inegável que esse processo acaba agindo sobre a própria cabeça do empresariado, porque como elite, estamos encurralados no nosso país, pois fomos concentrando tanto a renda que acabamos cercados de miséria” (Harizin e Pedral, 1993).

Passados as primeiras críticas e embates, a “etapa da comida para quem tem fome” constituiu-se o período de maior visibilidade da Campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros 15 meses da “Campanha da Fome” são empreendidas as mais diversas e criativas ações de arrecadação de alimentos que variam desde a elaboração de sopões de vegetais ganhos em feiras livres até a doação de tickets-alimentação, a construção de padarias comunitárias, bem como a promoção de jogos de futebol, de espetáculos teatrais, de shows musicais beneficentes com ingressos de entrada sendo constituídos prioritariamente por cestas básicas, idéia esta – ainda presente – em muitos shows, espetáculos e apresentações artísticas em vários lugares do país.

Desta maneira, as idéias “de matar a fome de quem tem fome” e “fome se combate com alimentos”, foram bem aceitas pela pluralidade de atores da sociedade brasileira e isto se constitui como uma alteração política cultural extremamente importante. Participam da Ação da Cidadania desde setores já acostumados a lidar com a arrecadação de alimentos para pobres, como os religi-

osos espíritas kardecistas, até grupos exageradamente refratários como alguns atores sociais ligados a setores de esquerda, os quais – sob inspiração socialista – têm em suas agendas de lutas apostas em mudanças mais estruturais.

Do ponto de vista espacial, são fundados comitês em todas as unidades federativas do país com forte apoio de sindicalistas, estudantes, funcionários do Banco do Brasil, CEF e de outras empresas estatais brasileiras, sendo que estes últimos também empreendem esforços contra a privatização das empresas públicas. A heterogeneidade de atores e a presença de outros interesses que não só a erradicação da fome, são, assim, marcas da composição dos “Comitês contra a Fome” seja em Boa Vista (RO), Fortaleza (CE), Catalão (GO), Porto Alegre (RS) ou na quase maioria dos 1.160 comitês criados em municípios do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Se a pluralidade política é um testemunho de nosso tempo, não se pode esquecer que qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades. Entretanto, apesar de diversos interesses e dos múltiplos atores, merece destacar que muitas parcerias, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, constituem-se trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a “polinização” de idéias cidadãs. É o caso, por exemplo, de diversos comitês que com o apoio da Pastoral da Criança da Igreja Católica salva-vidas de milhares de crianças do sertão nordestino, as quais na falta das mínimas condições de higiene individual e de educação sanitária, tornam-se presas fáceis da morte por infecção intestinal. Um outro excelente exemplo de parcerias que dá certo vem do Estado do Rio de Janeiro, onde alguns comitês constituídos por militantes políticos e de causas humanitárias se unem para uma “vigilância cidadã” sobre os gastos da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal. Qualquer aberração, distorção ou fraude é imediatamente denunciado na Promotoria Pública Estadual e nos meios de comunicação de massa.

O fato da Ação da Cidadania não ser composto por um grupo centralizado, fechado, monolítico, insere-se na ordem do pensamento da esquerda mundial pós-queda do Muro de Berlim, o qual aceita e acredita na força de movimentos pluriclassistas e difusos, capazes de oferecer possibilidades políticas referenciadas pela desconcentração e pelo estímulo das diferenças. Neste sentido, se o grupo plural que constitui a “Campanha do Betinho”, por vezes, salienta diferenças que se apresentam gigantescas, em outros momentos, revela-se uma imensa capacidade de multiplicar recursos e encurtar caminhos. Assim, unidos sem apagar as diferenças, os atores sociais envolvidos na “Campanha da Fome” parecem não comprometer a criatividade, a espontaneidade e o entusiasmo dos trabalhos. Pelo contrário a Ação da Cidadania começa oficialmente com um comitê plural fundado em Barra do Piraí (RJ) e atinge cinco mil (5.000) comitês em menos de um ano – uma verdadeira expressão territorial da cidadania em gestação! Portanto, a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a fome de 32 milhões de carentes “contamina” o Brasil de Norte a Sul, de Leste a Oeste.

No ano de 1993, existem desde “comitês simples” (uma ou poucas pessoas) até comitês com mais de trinta entidades. Desta forma, é muito interessante o plano de escala do envolvimento da “Campanha da Fome” que ora se mistura a vários outros movimentos, assim como, às vezes, parte de pequenas parcelas do povo simples e chega até o envolvimento pessoal do próprio presidente da República, seja Itamar Franco com a criação do CONSEA, ou mesmo Fernando Henrique Cardoso com o Conselho da “Comunidade Solidária”. Também interessante é o fato da Ação da Cidadania conseguir atingir o objetivo planejado de estar na mídia, de dar grande visibilidade pública para a problemática da fome e da miséria como valores concretos não desejáveis a uma sociedade democrática.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversifi-



cados os setores que desejam ver a Ação da Cidadania dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a Campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior enquanto que, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do Presidente Itamar Franco aos líderes da Ação da Cidadania que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda.

De fato, parece que, ao nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a “Campanha da Fome”. Para alguns, apesar de às vezes serem importantes, a presença de segmentos da sociedade civil organizada, que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, pode corresponder, como uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo em parte a esta proposição, um segundo agrupamento acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material, também podem se “contaminar” e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Neste aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos “microespaços”! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante “fermentar da cidadania”. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira democracia.

O inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da Ação da Cidadania. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, levam alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o “Fórum da Ação da Cidadania contra a Fome” – a proposições que dificilmente encontram condições concretas para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais, cria uma diminuição das ações dos comitês em funcionamento. Às vezes, as propostas de trabalho se tornam infundáveis frente a uma realidade de pouco trabalho concreto por parte daqueles que apontam o melhor caminho para solucionar a miséria da “formação econômico-social” brasileira.

No fundo, há uma tentativa de cooptação da Ação da Cidadania que se soma a um pluralismo ainda maior de planejamento, fatores estes que respondem pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos Comitês. É neste contexto que ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), quando se dá as discussões para a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso e quando ocorre a substituição do Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA) parceiro da Ação da Cidadania, agora preterido pelo Conselho da Comunidade Solidária.

Um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a Ação da Cidadania é aquele que se vive por ocasião da criação da Comunidade Solidária. Betinho, acreditando que “o governo é uma arena de lutas” e que “a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo”, aceita fazer parte do Conselho presidido pela Primeira Dama Dona Ruth Cardoso. Porém, se isto pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato do novo presidente ter extinguido o CONSEA sem, ao “menos agradecer os bons resultados alcançados conjuntamente com a Ação da Cidadania”. Além disso, tinha o agravamento das alianças políticas estabelecidas por FHC com setores políticos acostumados a ganhar eleições com campanhas eleitoreiras que se aproveitam da miséria brasileira.

Sendo simultaneamente uma chance e um risco, o político é um espaço do “indecidível” (Ortega, 2000). Sob esta ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo Conselho da Comunidade Solidária leva Betinho a rever o seu posicionamento

e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam em fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do IPEA e IBGE.

Uma vez deixado o Conselho da Comunidade Solidária, Betinho e lideranças ligadas ao IBASE incentivam a idéia do “Balanço Social das Empresas”, um chamamento pela participação das empresas nas questões de ordem social. Além disso, cabe destacar que uma idéia pública que não só é estimulada, como consegue de fato se concretizar por vários anos (até o ano de 2001 em várias cidades do Brasil!) é “O Natal sem fome”, o qual vira um símbolo de luta de seres humanos que acreditam na possibilidade da solidariedade como valor social.

Por ocasião de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O religioso e escritor Frei Betto, fala que “ele foi um militante da utopia”. O ator Paulo Betti acha que “São Pedro vai ficar de joelhos na porta do Céu para que Betinho possa entrar”. Elio Gaspari, da *Folha de S. Paulo*, afirma que “Betinho foi se embora e fica a sensação de que ele passou por aqui ensinando a banalidade do bem”.

Em linhas gerais, não há condições de se afirmar em quanto a “Campanha da Fome” diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, este movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípuas do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sobre a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a Reforma Agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por “intelectuais da esquerda”, por “economistas neoliberais” e até mesmo pela população simples. Nesta direção, em 1997 a Reforma Agrária chegou a ter apoio de 80% de toda população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isto, o maior feito dos dez anos (1993 a 2002) de trabalho da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é o de ter revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Neste aspecto, a “Campanha da Fome” questiona a ordem estabelecida, indaga o porquê da existência de tanta miséria e chama a todos – independentes de credos religiosos e de posições políticas – para um verdadeiro “despertar da indignação”: “quem tem fome, tem pressa!”... “a fome mata!”.

### Considerações finais: “fome zero” do governo Lula – que caminhos seguir?

Diante do exposto sobre a Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida, cabe por fim, de maneira simples, prática e objetiva frisarmos algumas poucas idéias que consideramos importantes para serem continuamente revisitadas pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por todos os membros do Programa Fome Zero lançado em 30 de janeiro de 2003:

- Combater a fome é algo que, por princípio, unifica os mais diversificados segmentos sociais desde sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, religiões até entidades classistas, estudantes, donas de casas, institutos de educação popular, empresas públicas, etc.
- A instauração da “ética” e da “luta contra a miséria”, como deveres da ação política, permite alargar o conceito de “política” e de “mudança”. Em outras palavras, a ética possibilita aprofundar a crítica às agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como por exemplo, de que “toda esquerda é boa, competente e toda direita é ruim”.
- A descentralização e a questão do local (dos lugares) deve se encontrar numa posição central no desenrolar das atividades propostas por um “plano” nacional tão abrangente e premente como o Fome Zero.

- Um verdadeiro “despertar da indignação”, um combate eficaz da fome, tem que ser dirigido pelo carisma, empenho e constante trabalho pessoal do presidente eleito, sob pena do fracasso, se ficar como um mero projeto coordenado por autoridades secundárias do Governo Federal e/ou atores globais como se desenrolou pelo fracassado Conselho de Comunidade Solidária do governo FHC.
- Muitos trabalhos coletivos, envolvendo atores plurais, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, podem se constituir em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a multiplicação de idéias e ações cidadãs.
- Cotidianamente e simbolicamente, jamais o Fome Zero será um programa de sucesso se o Governo Federal permitir o desperdício e/ou desvio do dinheiro público. Portanto, é preciso, se necessário, punir com firmeza e urgência os atos de corrupção praticados por lideranças microrregionais (deputados estaduais, prefeitos, vereadores, etc.) na efetivação dos programas sociais apoiados pelo Fome Zero.
- Um programa eficaz de combate à fome passa por questões de ordem emergenciais (“como comida para quem não tem o que comer”), e por questões de ordem estruturais, sendo as maiores delas a geração de empregos e a democratização das terras (urbanas e rurais). De fato, somente um completo e sério programa de Reforma Agrária poderá gerar 6 milhões de empregos com um conseqüente aumento da renda dos trabalhadores e das quantidades dos estoques alimentares a preços mais baratos.
- Rever todos os contratos internacionais firmados nos últimos 40 anos poderá indicar caminhos seguros para tentar renegociar a dívida externa brasileira em bases mais justas, na tentativa de economizar divisas a serem aplicadas na imediata geração de empregos.
- Jamais se esquecendo que 45% dos miseráveis brasileiros tem menos de 15 anos de idade, o Fome Zero deverá dar uma atenção especial no sentido de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
- O Plano Fome Zero não pode se embrenhar numa interminável burocracia e/ou listas de propostas miraculosas, esquecendo que a “fome tem pressa”, que “a fome mata no aqui e no agora” de todos os cantos do território brasileiro.

Por fim, todos nós, temos que acreditar e lutar para que a fome diminua nos lares da nação brasileira. Faz-se necessário virar a página da história onde a fome prevaleceu durante cinco séculos... Que o governo Lula acerte e mude o teor de miséria constante, presente neste riquíssimo solo nacional. Que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade ... Finalmente, para que a esperança sobreviva ao medo, as palavras tantas vezes empenhadas terão que ser substituídas por práticas políticas concretas, efetivas e constantes de combate à fome pelo governo Lula recentemente eleito.

A ciência geográfica está viva! E continuará lutando por vida com mais cidadania! Neste sentido, as palavras de Andrade continuam extremamente sólidas ao enfatizarem que

“ao se defrontar com os problemas ligados à questão social como um todo único e com os seus vários segmentos, o geógrafo necessita lembrar que, além de profissional, ele é também cidadão e que o exercício da profissão não implica a renúncia à cidadania. Se como profissional lhe cabe, como qualquer outro profissional, analisar, investigar, descrever e apresentar sugestões ou tomar decisões, como cidadão ele tem a obrigação de lembrar dos seus deveres éticos e de procurar fazer ou apontar as medidas que necessitam ser tomadas para que se faça justiça” (Andrade, 1997, p. 40).

## Bibliografia

- ANDRADE, Manuel C. *A Geografia e a questão social*. Recife: EDUFAL, 1997.
- CAMPOS, Rui Ribeiro de. A fome na Geografia brasileira: Josué de Castro. *Cadernos do ICH*, Campinas, n.º 8, p. 25-50, mar. 1999.
- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1953.
- FICO, Carlos. *IBASE – Usina de idéias e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.
- FRANCO, Augusto de. *Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida: um novo começo*. Brasília: Fórum Nacional, 1997.(mimeo.)
- FRANCO, Augusto de. *Ação local*. Brasília: Ágora, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Os Sem-Terra, ONGs e Cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997.
- HARAZIN, Dorrit; PEDRAL, Sibelle. A fome adquire rosto e move o Brasil comum. *Veja*, São Paulo, p. 86-93, 29 dez. 1993.
- JACOBI, Pedro. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 27-33, dez. 1995.
- LANDIM, Leilah. Entrevista. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 81, p. 27-34, jun. 1999.
- MOREIRA, Ruy. Assim se passaram dez anos (A Renovação da Geografia no Brasil: 1978-1988). *Caderno Prudentino de Geografia*, Presidente Prudente, p. 4-13, jun. 1992.
- MORELLI, Mauro. Opção pela Cidadania. *Democracia Viva*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 49-65, mar. 1999.
- ORTEGA, Francisco. *Para uma Política da Amizade: Arendt, Derrida, Foucault*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.
- PELIANO, Anna M. T. M. (org.) *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma Política de Segurança Alimentar*. Rio de Janeiro: IPEA, 1993.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Produzir para viver*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 515 p.
- SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1978.
- SOUZA, Herbert de. A luta contra a miséria. *Democracia*, Rio de Janeiro, p. 5, fev./mar. 1996.
- SOUZA, Herbert de. Cinco anos de luta contra a miséria e pela democracia. *Jornal da Cidadania*, Rio de Janeiro, p. 9, jun. 1997.
- SOUZA, Herbert de. Combate à miséria é prioridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 1-15, 5 set. 1993.
- SPÓSITO, Eliseu S. De quem é a cidade? In: \_\_\_\_\_. *A vida nas cidades*. São Paulo: Contexto, 1994, p. 56-63.
- TOURAINÉ, Alain. A política contra a cegueira. *Folha de S. Paulo*, p. 8-9, 27 jan. 2002. (Caderno Mais)

## Compêndio dos números anteriores

- 01) MOREIRA, Ruy. O Plano Nacional de Reforma Agrária em questão. Ano 1, n. 1, p. 6-19, 1986.
- 02) THOMAZ JÚNIOR, Antonio. As agroindústrias canavieiras em Jaboticabal e a territorialização do monopólio. Ano 1, n. 1, p. 20-25, 1986.
- 03) OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A Apropriação da renda da terra pelo capital na citricultura paulista. Ano 1, n. 1, p. 26-38, 1986.
- 04) VALVERDE, Orlando. A floresta amazônica e o ecodesenvolvimento. Ano 1, n.1, p.39-42, 1986.
- 05) SALES, W. C. de C.; CAPIBARIBE, P. J. A.; RAMOS, P.; COSTA, M. C. L. da. Os agrotóxicos e suas implicações socioambientais. Ano 1, n. 1, p.43-45, 1986.
- 06) CARVALHO, Marcos Bernardino de. A natureza na Geografia do ensino médio. Ano 1, n. 1, p.46-52, 1986.
- 07) SANTOS, Douglas. Estado nacional e capital monopolista. Ano 1, n. 1, p. 53-61, 1986.
- 08) CORRÊA, Roberto Lobato. O enfoque locacional na Geografia. Ano 1, n. 1, p. 62-66, 1986.
- 09) PONTES, Beatriz Maria Soares. Uma avaliação da Lei Nacional do Uso do Solo Urbano. Ano 1, n. 1, p. 67-72, 1986.
- 10) PLANO DIRETOR DA AGB NACIONAL GESTÃO 1985/86. Ano 1, n. 1, p. 73-75, 1986.
- 11) A AGB e o documento final do projeto diagnóstico e avaliação do ensino de Geografia no Brasil. Ano 1, n. 1, p. 76-77, 1986.
- 12) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Reflexões sobre Geografia e Educação: notas de um debate. n. 2, p. 9-42, jul. 1987.
- 13) VLACH, Vânia Rúbia Farias. Fragmentos para uma discussão: método e conteúdo no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. n. 2, p.43-58, jul. 1987.
- 14) VESENTINI, José William. O método e a práxis (notas polêmicas sobre Geografia tradicional e Geografia Crítica). n. 2, p.59-90, jul. 1987.
- 15) REGO, Nelson. A unidade (divisão) da Geografia e o sentido da prática. n.2, p.91-114, jul. 1987.
- 16) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Análise dos planos de ensino da Geografia. n.2, p.115-127, jul. 1987.
- 17) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Para a construção do espaço geográfico na criança. n.2, p.129-148, jul.1987.
- 18) VIANA, P. C. G.; FOWLER, R. B.; ZAPPIA, R.S.; MEDEIROS, M.L.M.B.de. Poluição das águas internas do Paraná por agrotóxico. n.2, p.149-154, jul. 1987.
- 19) AB' SABER, Aziz Nacib. Espaço territorial e proteção ambiental. n. 3, p. 9-31, mar. 1988.
- 20) GOMES, Horieste. A questão ambiental: idealismo e realismo ecológico. n.3, p. 33-54, mar. 1988.
- 21) BERRÍOS, Rolando. Planejamento ambiental no Brasil. n. 3, p. 55-63, mar. 1988.
- 22) BRAGA, Ricardo Augusto Pessoa. Avaliação de impactos ambientais: uma abordagem sistêmica. n. 3, p. 65-74, mar. 1988.
- 23) LIMA, Samuel do Carmo. Energia nuclear – uma opção perigosa. n. 3, p. 75-88, mar. 1988.
- 24) SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes e SCHÄFFER, Neiva Otero. Análise ambiental: a atuação do geógrafo para e na sociedade. n. 3, p. 89-103, mar. 1988.
- 25) ESTRADA, Maria Lúcia. Algumas considerações sobre a Geografia e o seu ensino - o caso da industrialização brasileira. n. 3, p. 105-120, mar. 1988.
- 26) MESQUITA, Zilá. Os “espaços” do espaço brasileiro em fins do século XX. n. 4, p. 9-38, jul. 1988.
- 27) RIBEIRO, Wagner Costa. Relação espaço/tempo: considerações sobre a materialidade e dinâmica da história humana. n.4, p.39-53, jul. 1988.
- 28) SILVA, José Borzacchiello da. Gestão democrática do espaço e participação dos Geógrafos. n.4, p. 55-76, jul. 1988.
- 29) VALLEJO, Luiz Renato. Ecodesenvolvimento e o mito do progresso. n. 4, p. 77-87, jul. 1988.
- 30) VLACH, Vânia Rubia Farias. Rediscutindo a questão acerca do livro didático de Geografia para o ensino de 1º e 2º graus. n. 4, p. 89-95, jul. 1988.
- 31) SCHÄFFER, Neiva Otero. Os estudos sociais ocupam novamente o espaço... da discussão. n. 4, p. 97-108, jul. 1988.
- 32) SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. n. 5, p. 9-20, 1988.
- 33) SOUZA, Marcelo José Lopes de. “Espaciologia”: uma objeção (crítica aos prestígiamentos

- pseudo-críticos do espaço social). n. 5, p.21-45, 1988.
- 34) GOMES, Paulo César da Costa; COSTA, Rogério Haesbaert da. O espaço na modernidade). n. 5, p. 47-67, 1988.
- 35) SILVA, Mário Cezar Tompes da. O papel do político na construção do espaço dos homens). n.5, p. 69-82, 1988.
- 36) SOUZA Marcos José Nogueira de. Subsídios para uma política conservacionista dos recursos naturais renováveis do Ceará). n.5, p.83-101, 1988.
- 37) KRENAK, Ailton. Tradição indígena e ocupação sustentável da floresta. n.6, p.9-18, ago.1989.
- 38) MOREIRA, Ruy. A marcha do capitalismo e a essência econômica da questão agrária no Brasil. n. 6, p. 19-63, ago. 1989.
- 39) SADER, Regina. Migração e violência: o caso da Pré-Amazônia Maranhense. n. 6, p. 65-76, ago. 1989.
- 40) FAULHABER, Priscila. A terceira margem: índios e ribeirinhos do Solimões. n. 6, p. 77-92, ago. 1989.
- 41) TARELHO, Luiz Carlos. Movimento Sem Terra de Sumaré. Espaço de conscientização e de luta pela posse da terra. n. 6, p.93-104, ago. 1989.
- 42) OLIVEIRA, Bernadete de Castro. Reforma agrária para quem? Discutindo o campo no estado de São Paulo. n. 6, p. 105-114, ago. 1989.
- 43) BARBOSA, Ycarim Melgaço. O movimento camponês de Trombas e Formoso. n. 6, p. 115-122, ago. 1989.
- 44) MENDES, Chico. A luta dos povos da floresta. n.7, p.9-21, 1990.
- 45) BARROS, Raimundo. O seringueiro. n. 7, p.23-42, 1990.
- 46) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. A defesa da natureza começa pela terra. n. 7, p. 43-52, 1990.
- 47) COLTRINARI, Lylian. A Geografia e as mudanças ambientais. n. 7, p. 53-57, 1990.
- 48) SILVA, Armando Corrêa da. Ponto de vista: o pós-marxismo e o espaço cotidiano. n. 7, p. 59-62, 1990.
- 49) COSTA, Rogério Haesbaert da. Filosofia, Geografia e crise da modernidade. n. 7, p. 63-92, 1990.
- 50) RIBEIRO, Wagner Costa. Maquiavel: uma abordagem geográfica e (geo)política. n. 7, p. 3-107, 1990.
- 51) CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; GOU-LART, Lúcia Beatriz. Uma contribuição à reflexão do ensino de geografia: a noção de espacialidade e o estatuto da natureza. n. 7, p. 109-118, 1990.
- 52) CORDEIRO, Helena K. Estudo sobre o centro metropolitano de São Paulo. n. 8, p. 7-33, abr. 1991.
- 53) MAURO, C. A.; VITTE, A.C.; RAIZARO, D. D.; LOZANI, M. C. B.; CECCATO, V. A. Para salvar a bacia do Piracicaba. n. 8, p. 35-66, abr. 1991.
- 54) PAVIANI, Aldo. Impactos ambientais e grandes projetos: desafios para a universidade. n. 8, p. 67-76, abr. 1991.
- 55) FURIAN Sônia. “A nave espacial terra: para onde vai?” n. 8, p. 77-82, abr. 1991.
- 56) ALMEIDA, Rosângela D. de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de Geografia. n. 8, p. 83-90, abr. 1991.
- 57) FILHO, Fadel D. Antonio e ALMEIDA, Rosângela D. de. A questão metodológica no ensino da Geografia: uma experiência. n. 8, p. 91-100, abr. 1991.
- 58) ESCOLAR, M., ESCOLAR, C., PALACIOS, S.Q. Ideologia, didática e corporativismo: uma alternativa teórico-metodológica para o estudo histórico da Geografia no ensino primário e secundário. n. 8, p. 101-110, abr. 1991.
- 59) ARAÚJO, Regina e MAGNOLI, Demétrio. Reconstruindo muros: crítica à proposta curricular de Geografia da CENP-SP. n. 8, p. 111-119, abr. 1991.
- 60) PEREIRA, D., SANTOS, D., CARVALHO, M. de. A Geografia no 1º grau: algumas reflexões. n. 8, p. 121-131, abr. 1991.
- 61) SOARES, Maria Lúcia de Amorim. A cidade de São Paulo no imaginário infantil piedadense. n. 8, p. 133-155, abr. 1991.
- 62) MAMIGONIAN, Armen. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. n. 8, p. 157-162, abr. 1991.
- 63) SANTOS, Milton. A evolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. n.9, p.7-17, jul./dez.1991.
- 64) LIMA, Luiz Cruz. Tecnopólo: uma forma de produzir na modernidade atual. n. 9, p. 19-40, jul./dez.1991.
- 65) GUIMARÃES, Raul Borges. A tecnificação da prática médica no Brasil: em busca de sua geografização. n. 9, p. 41-55, jul./dez.1991.
- 66) PIRES, Hindemburgo Francisco. As metamorfoses tecnológicas do capitalismo no período atual. n. 9, p. 57-89, jul./dez.1991.

- 67) OLIVEIRA, Márcio de. A questão da industrialização no Rio de Janeiro: algumas reflexões. n. 9, p. 91-101, jul./dez.1991.
- 68) HAESBAERT, Rogério. A (des)or-dem mundial, os novos blocos de poder e o sentido da crise. n. 9, p. 103-127, jul./dez.1991.
- 69) SILVA, Armando Corrêa da. Ontologia analítica: teoria e método. n. 9, p.129-133, jul./dez.1991.
- 70) SILVA, Eunice Isaías da. O espaço: une/separa/une. n. 9, p. 135-141, jul./dez.1991.
- 71) ANDRADE, Manuel Correia de. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. n.9, p.143-152, jul./dez.1991.
- 72) MORAES, Rubens Borba de. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII. n. 10, p. 11-22, jan./jul. 1992.
- 73) AZEVEDO de Aroldo. Vilas e cidades do Brasil colonial. n. 10, p. 23-78, jan./jul. 1992.
- 74) PETRONE, Pasquale. Notas sobre o fenômeno urbano no Brasil. n.10, p.79-92, jan.-jul. 1992.
- 75) CORRÊA, Roberto Lobato. A vida urbana em Alagoas: a importância dos meios de transporte na sua evolução. n. 10, p. 93-116, jan./jul. 1992.
- 76) VALVERDE, Orlando. Pré-história da AGB carioca. n. 10, p. 117-122, jan./jul. 1992.
- 77) SOUZA, Marcelo José Lopes de. Planejamento Integrado de Desenvolvimento: natureza, validade e limites. n.10, p.123-139, jan./jul. 1992.
- 78) ANDRADE, Manuel Correia de. América Latina: presente, passado e futuro. n. 10, p. 140-148, jan./jul. 1992.
- 79) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia política e desenvolvimento sustentável. n. 11-12, p. 9-76, ago.92/ago.93.
- 80) RODRIGUES, Arlete Moysés. Espaço., meio ambiente e desenvolvimento: reeleituras do território. n. 11-12, p. 77-90, ago.92/ago.93.
- 81) EVASO, A. S.; VITIELLO, M. A.; JUNIOR, C. B.; NOGUEIRA, S. M.; RIBEIRO, W. C. Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade? n.11-12, p. 91-101, ago.92/ago.93.
- 82) DAVIDOVICH, Fany. Política urbana no Brasil, ensaio de um balanço e de perspectiva. n.11-12, p. 103-117, ago.92/ago.93.
- 83) MARTINS, Sérgio. A produção do espaço na fronteira: a acumulação primitiva revisitada. n.11-12, p. 119-133, ago.92/ago.93.
- 84) IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. Os dilemas históricos da questão agrária no Brasil. n. 11-12, p.135-151, ago.92/ago.93.
- 85) FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma agrária e modernização no campo. n.11-12, p.153-175, ago.92/ago.93.
- 86) ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. Ensino de Geografia e a formação do geógrafo-educador. n. 11-12, p. 177-188, ago.92/ago.93.
- 87) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Licenciandos de Geografia e as representações sobre o “ser professor”. n. 11-12, p. 189-207, ago.92/ago.93.
- 88) VESENTINI, José William. O novo papel da escola e do ensino da Geografia na época da terceira revolução industrial. n. 11-12, p. 209-224, ago.92/ago.93.
- 89) PAGANELLI, Tomoko Iyda. Iniciação às ciências sociais: os grupos, os espaços, os tempos. n. 11-12, p. 225-236, ago.92/ago.93.
- 90) RIBEIRO, W. C. Do lugar ao mundo ou o mundo no lugar? n.11-12, p.237-242, ago.92/ago.93.
- 91) PINHEIRO, Antonio Carlos e MASCARIN, Silvia Regina. Problemas sociais da escola e a contribuição do ensino de Geografia. n. 11-12, p. 243-264, ago.92/ago.93.
- 92) SILVA, Armando Corrêa da. A contrérsia modernidade x pós-modernidade. n. 11-12, p. 265-268, ago.92/ago.93.
- 93) ROSA, Paulo Roberto de Oliveira. Contextos e circunstâncias: princípio ativo das categorias. n.11-12, p. 269-270, ago.92/ago.93.
- 94) CALLAI, Helena Copetti. O meio ambiente no ensino fundamental. n. 13, p. 9-19, 1997.
- 95) CAMARGO, L.F. de F., FORTU-NATO, M.R. Marcas de uma política de exclusão social para a América Latina. n. 13, p. 20-29, 1997.
- 96) KAERCHER, Nestor André. PCN's: futebolistas e padres se encontram num Brasil que não conhecemos. n. 13, p. 30-41, 1997.
- 97) CARVALHO, Marcos B. de. Ratzel: reeleituras contemporâneas. Uma reabilitação? n. 13, p.42-60, 1997.
- 98) PONTES, Beatriz Maria Soares. Economia e território sob a ótica do estado autoritário (1964-1970). n. 13, p. 61-90, 1997.
- 99) SOUSA NETO, Manuel Fernandes de. A agora e o agora. n. 14, p. 11-21, jan.-jul. 1999.
- 100) FILHO, Manuel Martins de Santana. Sobre uma leitura alegórica da escola. n. 14, p. 22-29, jan.-jul. 1999.
- 101) COUTO, Marcos Antônio Campos; ANTUNES, Charles da França. A formação do professor e a relação escola básica-universidade: um projeto de educação. n. 14, p. 30-40, jan.-jul. 1999.

- 102) PEREIRA, Diamantino. A dimensão pedagógica na formação do geógrafo. n. 14, p. 41-47, jan./jul. 1999.
- 103) CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. A formação de professores e o ensino de Geografia. n. 14, p. 48-55, jan./jul. 1999.
- 104) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia no ensino médio. n. 14, p. 56-89, jan./jul. 1999.
- 105) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Interdisciplinaridade: aproximações e fazeres. n. 14, p. 90-110, jan./jul. 1990.
- 106) CAVALCANTI, Lana de Souza. Propostas curriculares de Geografia no ensino: algumas referências de análise. n. 14, p. 111-128, jan./jul. 1990.
- 107) SOUZA NETO, Manoel Fernandes de. A Ciência Geográfica e a construção do Brasil. n. 15, p. 9-20, 2000.
- 108) DAMIANI, Amélia Luísa. A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica. n. 15, p. 21-37, 2000.
- 109) SOUZA, Marcelo Lopes de. Os orçamentos participativos e sua espacialidade: uma agenda de pesquisa. n. 15, p. 39-58, 2000.
- 110) FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento social como categoria geográfica. n. 15, p. 59-85, 2000.
- 111) ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro? n. 15, p. 87-112, 2000.
- 112) BRAGA, Rosalina. Formação inicial de professores: uma trajetória com permanências eivadas por dissensos e impasses. n. 15, p. 113-128, 2000.
- 113) ROCHA, Genylton Odilon Rego da. Uma breve história da formação do(a) professor(a) de Geografia do Brasil. n. 15, p. 129-144, 2000.
- 114) PONTUSCHKA, Nídia Nacib. Geografia, representações sociais e escola pública. n. 15, p. 145-154, 2000.
- 115) OLIVEIRA, Márcio Piñon. Geografia, Globalização e cidadania. n. 15, p. 155-164, 2000.
- 116) GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “Navegar é preciso, viver não é preciso”: estudo sobre o Projeto de Perenização da Hidrovia dos Rios das Mortes: Araguaia e Tocantins. n. 15, p. 167-213, 2000.
- 117) VITTE, Antonio Carlos. Considerações sobre a teoria da *etchplanação* e sua aplicação nos estudos das formas de relevo nas regiões tropicais quentes e úmidas. n. 16, p. 11-24, 2001.
- 118) RAMIRES, Blanca. La nueva geografía? n. 16, p. 25-38, 2001.
- 119) FERREIRA, Darlene Ap. de Oliveira. Geografia Agrária no Brasil: periodização e conceitualização. n. 16, p. 39-70, 2001.
- 120) MAIA, Doralice Sátyro. A Geografia e o estudo dos costumes e das tradições. n. 16, p. 71-98, 2001.
- 121) SPOSITO, Eliseu. A propósito dos paradigmas de orientações teórico-metodológicas na Geografia contemporânea. n. 16, p. 99-112, 2001.
- 122) MENDONÇA, Francisco. Geografia socio-ambiental. n. 16, p. 113-132, 2001.
- 123) CALLAI, Helena Copetti. A Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o Ensino? n. 16, p. 133-152, 2001.
- 124) PIRES, Hindenburgo Francisco. “Ethos” e mitos do pensamento único globaltotalitário. n. 16, p. 153-169, 2001.
- 125) REGO, Nelson; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; HEIDRICH, Álvaro. O ensino de Geografia como uma hermenêutica instauradora. n. 16, p. 169-194, 2001.
- 126) SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes; NUNES, João Osvaldo Rodrigues. A natureza da Geografia Física na Geografia. n. 17, p. 11-24, 2001.
- 127) OLIVA, Jaime Tadeu. O espaço geográfico como componente social. n. 17, p. 25-48, 2001.
- 128) NETO, João Lima Sant’anna. Por uma Geografia do Clima – antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. n. 17, p. 49-62, 2001.
- 129) SEGRELLES, José Antonio. Hacia una enseñanza comprometida y social de la Geografía en la universidad. n. 17, p. 63-78, 2001.
- 130) RIBEIRO, Júlio César; GONÇALVES, Marcelino Andrade. Região: uma busca conceitual pelo viés da contextualização histórico-espacial da sociedade. n. 17, p. 79-98, 2001.
- 131) CIDADE, Lúcia Cony Faria. Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos. n. 17, p. 99-118, 2001.
- 132) NETO, Manuel Fernandes de Sousa. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma Jangada de Pedras. n. 17, p. 119-138, 2001.
- 133) ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. O espaço geográfico dos remanescentes de antigos quilombos no Brasil. n. 17, p. 139-154, 2001.
- 134) GUIMARÃES, Raul Borges. Saúde urbana: velho tema, novas questões. n. 17, p. 155-170, 2001.
- 135) CAPEL, Horácio. A Geografia depois dos atentados de 11 de setembro. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 11-36, jan./jun. 2002.



- 136) HAESBAERT, Rogério. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 37-46, jan./jun. 2002.
- 137) ZANOTELLI, Cláudio Luiz. Globalização, Estado e culturas criminosas. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 47-62, jan./jun. 2002.
- 138) SEGRELLES, J. A. Integração regional e globalização. Uma reflexão sobre casos do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e da Área de Livre Comércio das Américas desde uma perspectiva europeia. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 63-74, jan./jun. 2002.
- 139) RIBEIRO, Wagner Costa. Mudanças climáticas, realismo e multilateralismo. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 75-84, jan./jun. 2002.
- 140) MANGANO, Stefania. Evolução do conceito da planificação territorial na Itália. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 85-94, jan./jun. 2002.
- 141) STRAFORINI, Rafael. A totalidade do mundo nas primeiras séries do ensino fundamental: um desafio a ser enfrentado. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 95-114, jan./jun. 2002.
- 142) KEINERT, Tânia M. M.; KARRUZ, Ana Paula; KARRUZ, Silvia Maria. Sistemas locais de informação e a gestão pública da qualidade de vida nas cidades locais. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 115-132, jan./jun. 2002.
- 143) GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Dilemas nas (re)estruturações das metrópoles. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 133-142, jan./jun. 2002.
- 144) DINIZ Filho, Luis Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na Geografia Econômica: um breve balanço. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 143-160, jan./jun. 2002.
- 145) CARLOS, Ana Fani Alessandri. A Geografia brasileira, hoje: algumas reflexões. Ano 18, v. 1, n. 18, p. 161-178, jan./jun. 2002.
- 146) NUNES, Luci Hidalgo. Discussão acerca de mudanças climáticas (notas). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 179-184, jan./jun. 2002.
- 147) MELAZZO, Everaldo Santos. Renda de cidadania: a saída é pela porta (resenha). Ano 18, v.1, n. 18, p. 185-186, jan./jun. 2002.
- 148) RAMÍREZ, Blanca. Terra Incognitae: el surgimiento de nuevas regiones y territorios em el marco de la globalización (resenha). Ano 18, v. 1, n. 18, p. 187-190, jan./jun. 2002.

